

Arraes sugere explorar as "contradições"

Recife — O governador Miguel Arraes aconselhou ontem as forças "progressistas" da Constituinte a reverem sua estratégia no plenário, explorando as contradições internas do "Centrão" na direção de um entendimento que garanta uma Constituição moderna e sintonizada com o desejo de mudanças expresso pelo povo brasileiro nas eleições de 86.

Ele defendeu também uma maior mobilização popular em torno do debate constituinte, para que os avanços conseguidos na Comissão de Sistematização sejam definitivamente incorporados na futura Carta constitucional.

"O êxito das forças representadas pelo 'Centrão' — disse ele — resultou apenas da convergência momentânea de interesses de setores variados, de modificar as regras do jogo. Há dentro desse grupo contradições sobre temas básicos da Constituição que deverão ser trabalhadas pelas forças progressistas, não na perspectiva de um confronto, mas de um entendimento que tenha como consequência o desejo de mudança da sociedade brasileira".

Simon pede a Deus que haja entendimento

Porto Alegre — O governador gaúcho Pedro Simon, PMDB, lamentou ontem o que ocorreu quinta-feira na Constituinte quando, segundo ele, "um grupo majoritário quis impor sua vontade na base do rolo compressor". Na opinião de Simon, esta não é uma forma adequada de ação e por isso ele tem "esperança e fé que o doutor Ulysses tenha sorte na condução do trabalho de entendimento".

Simon afirmou que o "Centrão" não faz parte da sua simpatia e condenou a decisão de fazer passar emendas com um número determinado de assinaturas. Ele, inclusive, lembrou um episódio envolvendo um embaixador americano e o Congresso brasileiro para defender sua posição de que as decisões devem ser tomadas no voto consciente, com cada um assumindo a responsabilidade do seu ato:

"Todo mundo conhece aquele episódio, quando se levou o embaixador americano à época um manifesto duro, violento com relação a intervenção americana na América Central e se esperava uma resposta do embaixador. No entanto, ele não respondeu e explicou que "as assinaturas no Congresso brasileiro são conseguidas com tanta facilidade que o melhor é não responder".

O governador disse estar pedindo a Deus que Ulysses Guimarães consiga o entendimento entre todas as correntes para que seja produzida uma Constituição "enxuta, democrática e progressista. E que dure para sempre".

Arquivo 05.05.87



Governador lamenta vitória

Ibsen só vê estabilidade com acordos

Porto Alegre — O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, defendeu ontem uma imediata rearticulação do partido, justificando-a como fundamental para a estabilidade do processo constituinte. Ele explicou que a Constituinte não pode prescindir do PMDB, pois só através do partido será possível fazer acordos temáticos. Caso isso não ocorra, advertiu, o processo constituinte corre sério riscos de impasses permanentes.

Esta análise não é exclusiva de Ibsen e encontra adeptos entre diferentes setores do PMDB, conscientes da necessidade de reconstruir uma conduta partidária articulada. Tanto deputados de centro-esquerda — como Egidio Ferreira Lima (PE) e Artur da Távola (RJ) — quanto liberais ligados ao "Centrão" — como Expedito Machado (CE) e Max Rosemann (PR) — concordam com isso.

Resistência

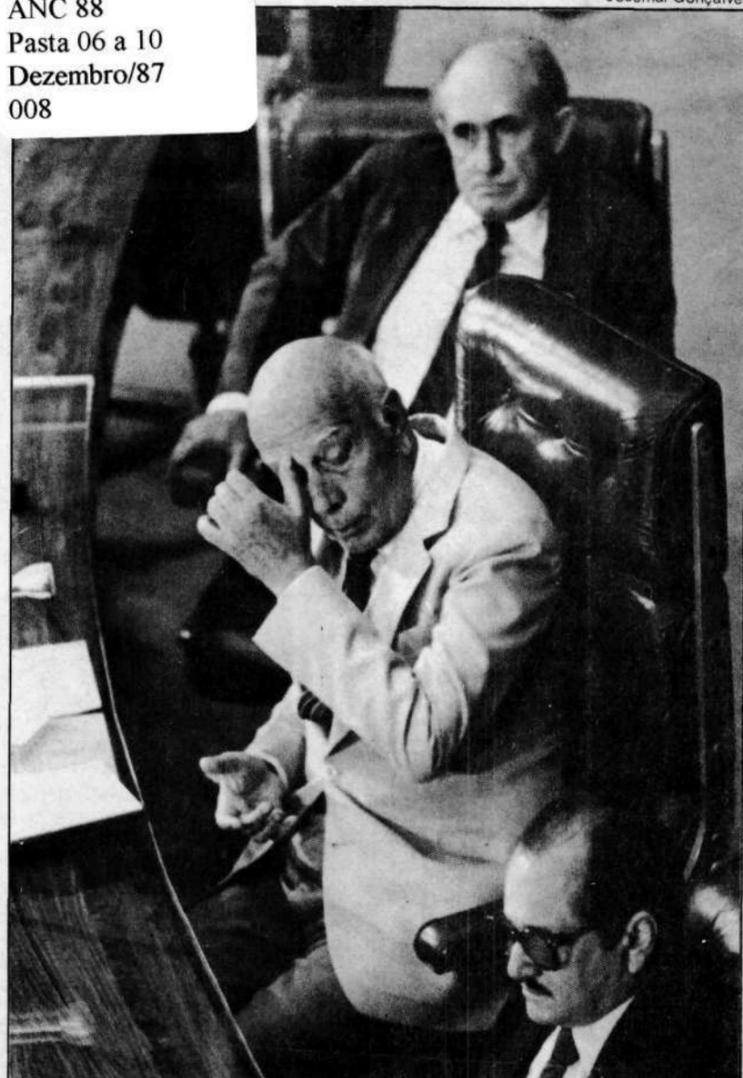
Ibsen acredita que esta rearticulação é possível, voltando o partido a agir politicamente pela mídia de suas correntes de opiniões. Lembrou que esta é a maneira habitual de o PMDB atuar, enfatizando que foi assim que o partido conseguiu sustentar a grande luta de resistência democrática e também o início da transição.

O líder do PMDB insiste que o partido ainda tem um papel a desempenhar na fase final da transição, justificando que quando ele se divide o processo constituinte se radicaliza.

Ulysses quer Carta sem "vencidos e vencedores"

ANC 88
Pasta 06 a 10
Dezembro/87
008

Josemar Gonçalves



Ulysses presidiu a sessão de encerramento e pregou o diálogo

Passarinho aponta traição do PMDB e falhas do Governo

A sessão de encerramento dos trabalhos do Senado, ontem de manhã, serviu para que o líder opositor Jarbas Passarinho (PDS-PA) fizesse uma apreciação sobre o momento político. Afirmou que "o Governo não governa e não tem linhas definidas de ação, quando deveria enfrentar com coragem a grave crise econômico-política". O senador atribuiu ao PMDB, que tem 16 ministros, a culpa pela desorganização generalizada, criticando também o partido por não dar suporte político ao Presidente da República. Em consequência, como notou, o País vive um presidencialismo atípico, em que quem manda é o primeiro-ministro Ulysses Guimarães, a começar pelas escolhas de nomes para as alterações ministeriais, todos recolhidos na intimidade da "turma do poire".

A única resposta do PMDB às palavras de Passarinho partiu do senador Dirceu Carneiro (SC), mas limitadas a um aparte, em que afirmou ter o presidente Sarney muito mais ligações com o PDS do que com o próprio PMDB.

Da parte do PFL, o senador Edilson Lobão afirmou que a Constituição em preparo precisa eliminar 20 ou 30 dispositivos, sob pena de tornar o País inviável. E o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que elaborou o projeto, observou que, em nenhum instante, foi contestada a idéia de que aquela Comissão não representava o pen-

samento da Constituinte. O senador fez uma advertência, ao dizer que o momento convide a um entrosamento do sentimento da concordância com o do entendimento, lembrando ainda que se a Carta não reconhecer a parte social, estará distanciada dos sentimentos dos brasileiros.

Afonso Arinos fez ainda referência aos incidentes registrados quinta-feira, durante a votação do projeto de alteração do Regimento Interno, proposto pelo "Centrão". Na sua opinião, grave terá sido a afirmação do líder do seu partido, deputado José Lourenço, de que atiraria nas galerias se tivesse revólver. E, ao fazer essa colocação, lembrou a anedota popular do cidadão que acendeu o fósforo diante do tanque para ver se havia gasolina. "Perguntaram se ele era português", completou o senador, em tom descontraído (José Lourenço é português, nacionalizado brasileiro).

Jarbas Passarinho manteve certa descontração ao opor críticas ao PMDB, ouvidas em silêncio pelos peemedebistas presentes. Ele elevou a entonação ao advertir para a gravidade da situação econômica brasileira. Passarinho acha que as perspectivas brasileiras para o próximo ano são pessimistas. Entende, por isso, que o PMDB não pode perder de vista o papel que lhe cumpre, e mencionou as previsões de uma inflação de 20% em janeiro, que só não será maior porque os cálculos agora não são feitos de 1º a 30 do mês.

Santana teme novo golpe

Há constituintes comparando a atual situação política do País com a que se verificava em 1964, quando houve a interrupção do processo pelo golpe militar. A época era de inquietação e eclodiam manifestações, inclusive nas artes, a favor de mudanças sociais. E preciso evitar que se repita, agora, a interrupção do processo político, como ocorreu em 1964.

A reflexão parte do deputado Jayme Santana (PFL-MA), que se opôs ao grupo "Centrão" e na última quinta-feira foi um dos líderes de um movimento que se propõe a criar um "grupo de equilíbrio" na Constituinte, de modo que não se repita a polarização entre a extrema-esquerda e a extrema-direita durante a discussão em plenário da nova Carta.

Jayme considera que até mesmo integrantes do próprio "Centrão", que lutaram por mudanças no regimento interno da Constituinte, podem vir a integrar o "grupo de equilíbrio", por estarem convencidos de que é preciso evitar as radicalizações.

A comparação histórica em 1964 surgiu numa roda no "cafézinho" do plenário, integrada, entre outros, pelo deputado José Sarney Filho (PFL-MA), que votou com o "Centrão", e pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), considerado de linha progressista.

Pouco depois, no mesmo plenário da Constituinte, o deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, comentava com um grupo de jornalistas que o surgimento do "Centrão" não caracterizava a aglutinação de forças de centro, e sim de extrema-direita. "Pessoas como José Lourenço, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza" — citava Haroldo Lima — "não são mais extrema-direita". Em decorrência disso — prosseguia o líder do PC do B —, seria necessário o surgimento de um grupo que se coloque ideologicamente entre o "Centrão" e a esquerda. A seu ver, o movimento poderia ser essa opção. Na visão de Haroldo Lima, as pessoas ideologicamente caracterizadas como "de centro" aceitam a negociação, ao contrário da extrema-direita, que a seu ver joga apenas no impasse. Mas de que mudar o regimento da Constituinte, o setor extremista de direita, representado pela grande maioria do "Centrão", estaria interessado em inviabilizar qualquer avanço social no País. Como as inquietações, decorrentes dos contrastes e das injustiças, começam a surgir com maior intensidade, uma radicalização à direita provocaria um impasse e a consequente motivação para interromper-se o processo político, algo que o "grupo de equilíbrio" se propõe a evitar, viabilizando a negociação política.

"Não poderá haver obra autêntica e duradoura de engenharia política se não se assegurar a consecução das legítimas aspirações do povo e o respeito aos seus direitos fundamentais" — assinalou ontem de manhã o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, no encerramento especial da sessão legislativa anual.

Ele enfatizou também a importância do diálogo entre as grandes correntes do pensamento, dizendo que "constitui peça indispensável e engrenagem institucional que permite ao Estado moderno fazer da representatividade um instrumento autêntico das aspirações e necessidades sociais".

Ao final da sessão, que, embora com menos de 50 deputados em plenário durou mais de duas horas, Ulysses expressou sua satisfação por ter ouvido também das principais lideranças, a opinião de que é preciso se fazer uma Constituição "sem vencidos e vencedores" e que seja um retrato de todo o País.

Ulysses, que já havia entrado no plenário demonstrando muito bom humor, rindo e dirigindo palavras afetuosas a um ou outro deputado, no final estava ainda mais feliz pelos muitos elogios que recebeu de quase todas as lideranças partidárias. O líder do PFL, José Lourenço (BA), saudou-o como "nosso presidente, nosso amigo, nosso guia".

Houve palavras de esperança na futura Constituição. "Cria, Dr. Ulysses — disse José Lourenço — que vamos ter uma boa Constituição, sem vencidos ou vencedores, uma Constituição multifacetada como V. Exa., que é a imagem da própria Nação". Negou que o "Centrão" democrático, do qual é um dos coordenadores, tenha sido formado para impor a sua vontade e esmagar as minorias. E conclamou a todos para procurar o "Centrão". "o leito natural das coisas. Porque o povo brasileiro não é nem de esquerda nem de direita". Adylson Motta (PDS-RS) assegurou que os que se sentam à direita do plenário (onde ficam os integrantes do PFL, do PDS, a maioria do "Centrão") também têm preocupação com o problema social. "Ninguém pode ser feliz", disse, "vendo ao lado alguém passando fome". E assinalou que a "Constituição não deve ser resultado de um conflito final, mas sim de um pacto nacional".

E houve também críticas ao Governo e ao próprio funcionamento do Congresso. Adylson Motta disse que como este não funcionou normalmente, este ano, devido a Constituinte, ensejou ao presidente da República baixar mais de uma centena de decretos-leis. "Nunca um presidente desconsiderou tanto o Congresso Nacional — assinalou Siqueira Campos — como o presidente José Sarney. Abusou dos decretos-leis. Decreto aumentos as pensas, beneficiando fabricantes e atravessadores e esmagando a classe média e os trabalhadores. Já Aldo Arantes (PC do B-GO) disse que o governo Sarney "está se transformando em outra ditadura, sob a tutela militar". Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) fez algumas anotações, mas, dado o adiantado da hora (mais de meia-dia), atendeu a pedido de Ulysses e deixou que as críticas fossem respondidas apenas pelo vice-líder de plantão no PMDB, Maurilio Ferreira Lima. Ele concluiu dizendo que, com a independência com que sempre se conduziu em face do governo Sarney, pode afirmar que este será marcado principalmente "pela política de integração da América Latina que vem conduzindo".

Indefinição marca votações da semana

O secretário-geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, disse ontem que a principal característica da semana que começa será a indefinição. Ele informou não existir a menor possibilidade de previsão sobre o calendário da Constituinte. Tudo dependerá das sessões de terça e quarta-feira, quando será emendado, discutido e votado o projeto de resolução nº 21, apresentado pela Mesa, numa tentativa de acordo final com o "Centrão".

O projeto que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apresentará em plenário prevê a possibilidade de preferência automática para a votação das emendas substitutivas, contanto que tenham a assinatura da maioria absoluta (280). Este item, entretanto, poderá ser votado em separado.

Está previsto que dentre todos os dispositivos, os capítulos deverão ser votados prioritariamente, antes que sejam apreciados os destaques. Contudo a apresentação de substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções fica facultada à maioria absoluta da Constituinte.

Os destaques colocados em votação terão que apresentar quorum de 280 votos. Se isso não ocorrer, haverá nova votação. Mas se um capítulo e suas emendas forem rejeitados, a sessão será suspensa por 48 horas, para que o relator elabore nova proposta. O projeto de resolução da Mesa permite também que 280 constituintes apresentem um novo texto para ser votado.